



O ESPAÇO INTRAURBANO DA CIDADE DE PARINTINS-AM: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES

Crizan Graça de Souza¹

RESUMO

A pesquisa analisa a produção do espaço intraurbano proveniente das ocupações irregulares que deram origem aos bairros regularizados pelo poder público municipal e o direito à cidade em Parintins-AM. Os sujeitos da pesquisa são (famílias de baixa renda, proprietários de terra e os políticos). A escolha do tema em Parintins se deu em razão de apresentar processos e dinâmicas decorrente do processo de urbanização. Nesse sentido, buscou dialogar com estudos que analisam os processos de produção da cidade nos diferentes momentos históricos da cidade. A base teórica se fundamentou em Lefebvre e Milton Santos, por se tratar de uma pesquisa com enfoque no espaço urbano amazônico, é indispensável não se ter apenas um aporte teórico para se galgar. A pesquisa realizou levantamentos em documentos oficiais, artigos, dissertações, teses e relatórios dos órgãos públicos dos dados quantitativos para analisar processos legais e sistematizados. Assim como, utilizou dados cartográficos por meio do Sistema de Informações Geográficas - SIG, na identificação das moradias oriundas das ocupações irregulares. Em Parintins, especificamente, as ocupações irregulares foram atenuadas pelos projetos e normas de decretos urbanísticos de sua fase inicial pelas gestões municipais, na qual remanejou um número considerável de famílias de baixa renda para as áreas periféricas da cidade, onde os terrenos e casas teriam que ficar afastado do centro. Trata-se de um processo de segregação socioespacial dominante no processo de produção do espaço, numa clara ausência ou transferência de responsabilidade do Estado e dos empreendedores ao trabalhador para que resolva os problemas à medida que vão surgindo.

Palavras-chave: Ocupação irregular; Moradia, Cidade, Espaço Intraurbano, Parintins.

ABSTRACT

The research analyzes the production of intra-urban space from irregular occupations that gave rise to neighborhoods regularized by the municipal government and the right to the city in Parintins-AM. The research subjects are (low-income families, landowners and politicians). The choice of the theme in Parintins was due to the presentation of processes and dynamics arising from the urbanization process. In this sense, it sought to dialogue with studies that analyze the city's production processes in the city's different historical moments. The theoretical basis was based on Lefebvre and Milton Santos, as it is a research focused on the Amazonian urban space, it is essential not to have only a theoretical contribution to climb. The research carried out surveys in official documents, articles, dissertations, theses and reports from public bodies of quantitative data to analyze legal and systematized processes. Likewise, it used cartographic data through the Geographical Information System - GIS, in the identification of dwellings arising from irregular occupations. In Parintins, specifically, the irregular occupations were mitigated by the projects and norms of urban decrees from their initial phase by the municipal administrations, in which a considerable number of low-income families relocated to the peripheral areas of the city, where land and houses would have to stay away from the center. It is a process of socio-spatial segregation dominant in the space production process, in a clear absence or transfer of responsibility from the State and entrepreneurs to the worker to solve problems as they arise.

Keywords: Irregular occupation; Housing, City, Intraurban Space, Parintins.

¹ Bolsista CAPES e Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, crizangraca@hotmail.com;



INTRODUÇÃO

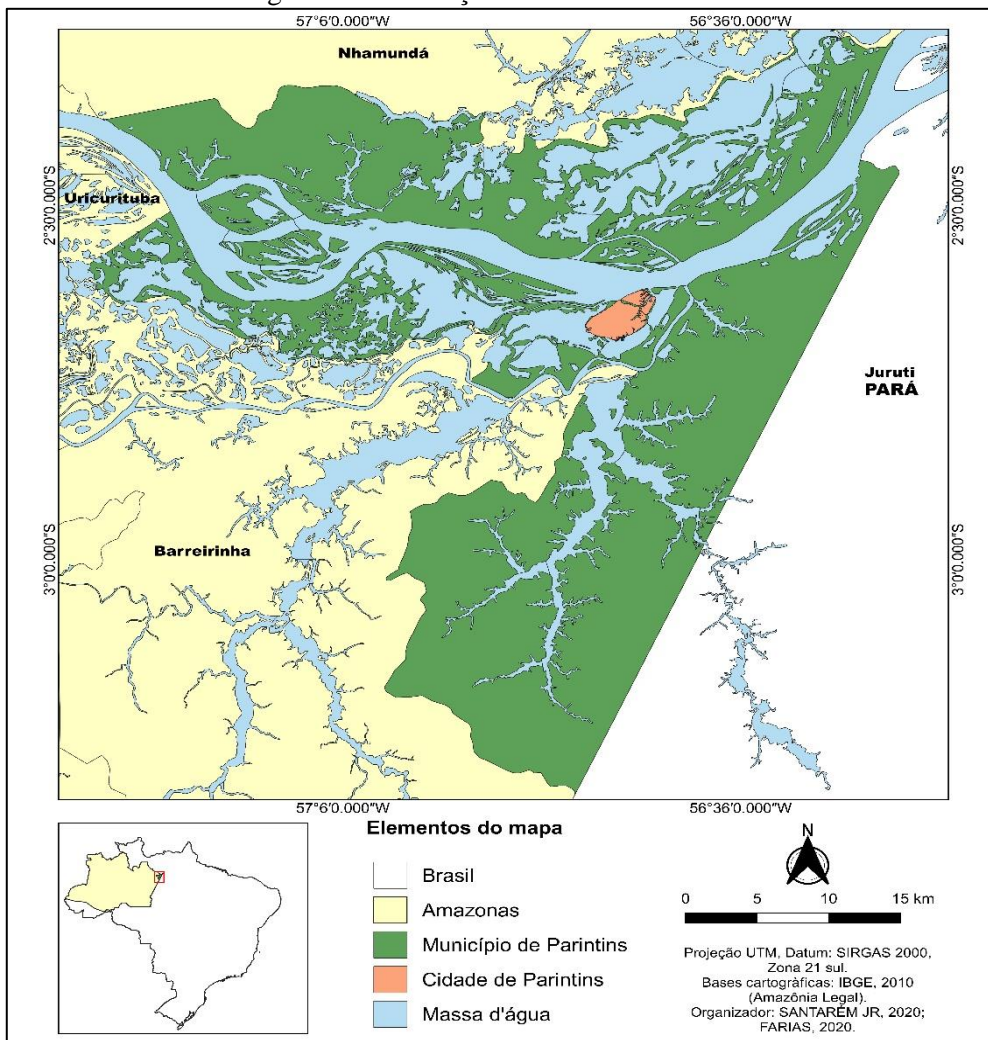
A pesquisa analisa a produção do espaço intraurbano proveniente das ocupações irregulares que deram origem aos bairros regularizados ou em processos de regularização pelo poder público municipal e o direito à cidade em Parintins-AM (figura 1). Os sujeitos da pesquisa são (famílias de baixa renda, proprietários de terra e os políticos) que se configuram como uma rede de sujeitos locais. Nesse sentido, ao considerar a proposta inicial, faz-se necessário apresentar o recorte espacial onde a pesquisa se desenvolveu, que é a cidade de Parintins.

O limite territorial municipal está situado a leste do estado do Amazonas, limitando-se ao município de Juruti no estado do Pará e os demais municípios amazonenses de: Nhamundá, Barreirinha, Urucará e Urucurituba. O município possui uma extensão territorial de 5.952,369 km², contudo, esta extensão na sua maior parte é coberto por solo de várzea. Em 2010 a população correspondia a 102.033 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), já em 2020 a estimativa do (IBGE) registrou cerca de 115.363 habitantes e está a aproximadamente a 370 km da capital Manaus.

O município está oficialmente dividido em três distritos, além da cidade de Parintins como a sede (IBGE, 2010). De acordo com a classificação realizada no Núcleo de Pesquisa e Estudos das Cidades da Amazônia – NEPECAB a cidade de Parintins se apresenta como uma cidade média de responsabilidade territorial e desempenha função de distribuição de bens e serviços, além de concentrar (fixos e fluxos) na rede urbana onde está inserida.



Figura 1: Localização da cidade de Parintins



A cidade de Parintins encontra-se num arquipélago à margem direita do rio Amazonas, nas ilhas onde habitaram os índios tupinambás. É um trecho côncavo e estratégico que facilita a navegação fluvial com intenso fluxo de pessoas e mercadorias.

O censo demográfico do (IBGE, 2010) mostra a população urbana de 69.890 habitantes, onde a maior parte desta população concentra-se numa extensão territorial de aproximadamente 5% de área do município, contrastando com a área de várzea, que possui cerca de 42% de extensão territorial e tem 4.517 habitantes, segundo (NASCIMENTO 2016). As vilas de Mocambo, Caburi e Vila Amazônia complementam a população urbana por serem distritos e possuírem funções ditas urbanas no município.

A escolha pelo tema cunhou-se pela cidade apresentar processos e dinâmicas que configuram a *urbe* a partir das ocupações urbanas irregulares decorrente do processo de urbanização que alcançou todas as formas de morar e no espaço urbano amazônico não foi diferente de outras partes do mundo, permitindo, assim, adapta-se entre velhas e novas práticas espaciais pelo território, produzindo singularidades no/do lugar. Por tanto,



produzir cidade a partir de ocupações irregulares proporciona pensar o “fazer-cidade” como processo contínuo, sem fim e com finalidade, sem, contudo, camuflar o “direito à cidade” como momento de sua instauração, (AGIER, 2015). Nesse sentido, “o movimento é essencial nesta concepção da cidade como construção permanente” (AGIER, p. 491, 2015).

Com isso, analisar o espaço urbano de Parintins remete-nos a entender a espacialidade que se estabeleceu na configuração da cidade formada a partir das relações dos interesses de diferentes grupos sociais.

São os interesses do homem, o eu quero, eu tenho condições e/ou eu necessito que, ao se materializarem no espaço, preenchem-no de maneira desigual, configurando a espacialidade urbana, atribuindo-a como impressões digitais modelagem única inconfundível. (BARBOSA, 2009, p. 42).

Trazer as ocupações irregulares na cidade de Parintins como objeto de estudo deste trabalho é torná-las facetas importante deste processo em curso na cidade a partir de sua forma que aflora em uma “pobreza urbana e humana” no contexto amazônico que transcende os conteúdos de quem a produz.

Nesse sentido, o “fazer a cidade” e o “morar na cidade” implica na compreensão da moradia e do espaço urbano produzido na cidade de Parintins, uma vez que, busca analisar, não apenas as formas como foi e como está sendo construída, mas, também seus construtores e suas redes de relações se estabelecem na produção. Nesse sentido, as reflexões sobre o tema, identificou como as moradias são construídas nos espaços urbanos do Amazonas e, no caso específico em Parintins.

Portanto, busca-se dialogar com estudos que analisam os processos de produção da cidade nos diferentes momentos históricos que forjam os conflitos na cidade, estes, ainda que não sejam diretamente oriundo dos movimentos sociais organizados, são essenciais das diferentes interpretações sobre as experiências de outras espacialidades produzidas, apropriando-se de materiais como dissertações, artigos, jornais e um diálogo com diversas referências bibliográficas sobre as ocupações irregulares, a cidade e os conflitos processuais culturais na dimensão da cidade.

Evidenciamos, portanto, como estas redes de sujeitos lutam pelo direito à cidade através de suas necessidades por acesso à terra urbana, bens de consumo, serviços e moradia e como estes direitos se materializam no espaço urbano.

METODOLOGIA



A metodologia da pesquisa não se traduz simplesmente no ato de transpor técnicas e procedimentos analíticos da pesquisa, é sobretudo uma concepção de mundo que se propõe orientar uma pesquisa, com autenticidade e rigor crítico para analisar uma realidade que se dispõe comprovar. A busca pelo método, torna-se imprescindível, ou melhor, pelo caminho metodológico a ser seguido, como mecanismo de apropriação das teorias, conceitos e definições que baseiam desde o início a pesquisa.

Nesse sentido o trabalho seguiu primeiramente à revisão da literatura, desde o início como suporte teórico, prosseguindo até elaboração final do artigo. A literatura percorrerá um caminho em constante de revisão dos temas pertinentes a pesquisa que serão revisados constantemente, assentados a diversas geografias que foram e estão sendo estudadas.

A pesquisa adotará a técnica de observação sistemática não participante em que o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas, sem integrar-se a ela. Assim como, as entrevistas estruturadas, Marconi e Lakatos (1986, p. 71) ressalta-se que, “é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são pré-determinadas [...]”. No ensejo de complementar as observações sistemáticas, a pesquisa utilizará fotografias, um dos recursos capazes de elucidar e demonstrar a realidade analisada, possibilitando o leitor o maior conhecimento sobre a temática investigada, além de ampliar a análise da linguagem acadêmica para além da forma escrita.

Além das técnicas mencionadas, a pesquisa realizou levantamentos em documentos oficiais, artigos, dissertações, teses e relatórios dos órgãos públicos dos dados quantitativos para analisar processos legais e sistematizados. Assim como, utilizou dados cartográficos por meio do Sistema de Informações Geográficas - SIG, na identificação das moradias oriundas das ocupações irregulares. A base documental dos dados sobre aquisição de terra em Parintins pautou em documentos históricos disponíveis nos arquivos da câmara municipal de Parintins, nos arquivos da igreja católica, imprensa, associações de bairros e sindicatos. Utilizou dados do IBGE para expor população urbana da cidade e renda; no *site* da Fundação João Pinheiro – FJP buscar-se-á o déficit habitacional do Amazonas. No *site* Superintendência de Habitação do Amazonas – SUHAB e demais instituições e *sites* públicos relacionados à temática da pesquisa.

REFERÊNCIAL TEÓRICO – CONSIDERAÇÕES INICIAIS



Por se tratar de uma pesquisa com enfoque no espaço urbano amazônico, é indispensável não se ter apenas um aporte teórico para se galgar, pois, na Amazônia esses espaços “[...] muda-se, moldam-se e começa novamente de lugar para outro lugar em um tumulto de irregularidades locais” (BROWDER; GODFREY, 2006, p. 29). Nesse sentido, as formas e usos da moradia, ajudam a compreender como esses espaços urbanos de uma cidade ribeirinha se constitui, mediante a conflitos, ações e apropriação dos sujeitos territorializam os espaços e criam territorialidades.

Lefebvre (1991) ao entender a cidade e o urbano como lugares de centralidades, onde as relações imediatas são estabelecidas no movimento geral da sociedade nos permite pensar como essas interações se articulam nas nossas cidades amazônicas:

“A cidade é uma mediação entre as mediações. Contudo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar), sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, (...) texto num contexto mais amplo (...)” (LEFEBVRE, P. 46, 1991).

A partir da cidade e do urbano entrelaçam diversas relações, multiformes, multidimensionais, plurais e coexistentes na vida cotidiana, onde estas mudam-se e outras resistem num movimento triádico de destruição, resistências e reconstrução. A idealização e sua articulação ao espaço, são uma espécie de fio condutor comum a todos esses autores, a ideia que conduz os agentes que incidem no espaço e que o idealizam é tão importante quanto seus aspectos físicos, e podem ser determinantes para sua estruturação.

No intento de compreender o espaço sob a perspectiva analítica geográfica crítica, “como ponto de partida, propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2009, p. 21). Surge a partir da intencionalidade social por meio da qual o homem se apropria do espaço natural transformando-o, através do trabalho, em espaço geográfico, ou seja, resultado e condição da dinamicidade das relações que os sujeitos estabelecem cotidianamente entre si e com a natureza. Revela-se, ainda, as contradições e desigualdades sociais.

Por estarem em contiguidade, os sistemas de objetos e os sistemas de ações se dão de modo relacional e estão “reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes)” (SANTOS, 2009, p. 77-78). A ação é própria do homem e sempre se dará sobre o meio. Resulta-se de suas necessidades materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas; próprias ou criadas.



Os sistemas de objetos, sua utilidade atual, passada ou futura é dada pelas relações sociais, do relacionamento do homem com o seu entorno. Tem papel simbólico, mas também funcional.

Urbanização e seus Reflexos nas Cidades Amazônicas

A urbanização brasileira atingiu um patamar elevado a partir da década de 1950 com a chegada da industrialização que se instalou nas principais cidades do país (KOWARICK, 1983; MARICATO, 2000; BECKER, 2013) e pela modernização da sociedade que se despontava na época (SANTOS, 1993). Na segunda metade do século XX, o território brasileiro sofreu uma tensa dinâmica populacional, ou seja, um acelerado fluxo de pessoas migrando do campo para a cidade, tornando o país predominantemente urbano no final do século (SANTOS, 1993).

De acordo com Santos e Silveira (2001), a mecanização da produção agrícola e o fluxo migratório do campo para a cidade em busca de melhores condições de trabalho, educação, remuneração, saúde entre outros, levou o crescimento de inúmeras cidades brasileiras, cuja obtenção de acesso à terra urbana se deu basicamente de duas maneiras (formal e informal). Esses processos dinamizaram e criaram uma intensa integração entre as cidades próximas, ocasionando o processo de conurbação, como exemplos as cidades que compõem as regiões metropolitanas do Brasil, exceto a Região Metropolitana de Manaus – RMM, cujo objetivos foram outros.

Em consequência, na atualidade, esses processos forjaram cenários com níveis de cidades inadmissíveis “[...] observamos que a evolução do uso e da ocupação do solo assume uma forma discriminatória (segregação da pobreza e cidadania restrita a alguns) e ambientalmente predatória. [...]” (Maricato, p. 2, 2002), pois apresentam ausência, deficiência e/ou precariedade das infraestruturas que deveriam dar condições básicas para a qualidade de vida nas cidades, tais como: moradia, educação, saneamento, saúde e lazer. Esse cenário de ausência, tem se apresentado cada vez mais latente nas cidades do país, bem como nas regiões metropolitanas.

Na Amazônia, esse processo não foi diferente principalmente pela implantação dos grandes planos e projetos desenvolvimentista impetrado para a região estabelecendo uma intensa migração e processos socioeconômicos que promoveram de certa forma a re-organizações das cidades no ordenamento territorial regional, segundo (Becker, 1990). Desde as pequenas até as grandes cidades, todas sentiram sem exceção, os efeitos



provocados pelo avanço do capital que modificou e continua modificando a reprodução das relações sociais no território, ou seja, o processo de urbanização avança criando facetas de transmutação, introduzindo novas materialidades, quer seja na paisagem urbana, quer seja nas relações cotidianas que se alteram constantemente nesses espaços.

Para Oliveira (2006, p. 28), as “informações tornaram-se mais ágeis, pois os lugares foram atingidos por tecnologias que possibilitaram maior circulação de ideias e o acesso à modernização”. Esse processo pavimentou pelo menos duas mediações nas cidades amazônicas, das quais são: a) a associação ao novo, ao moderno e ao desenvolvimento e b) pela associação dos baixos índices de qualidade de vida e de epidemias, assim como à destruição e o aumento da violência (OLIVEIRA, 2006). Tais processos não ficam isento de conflitos e negociatas que estão impetrados nas múltiplas redes de sujeitos de diferentes práticas socioespaciais, que tornam as cidades o lugar exponencial as diversas reivindicações de seus interesses.

Nesse sentido, o processo de urbanização apresentou diferentes padrões e arranjos espaciais pela Amazônia. Processo complexo que possibilitou pesquisadores e professores a utilizar diversos termos para acompanhar e estudar o urbano com o intuito de entender a difusão deste processo na região. Os termos utilizados em estudos clássicos foram definidos como: “fronteira urbana” (BECKER, 1990), “Floresta urbanizada” (BECKER, 1995), “urbanização na Selva” (OLIVEIRA, 2000), “urbanização complexa e desarticulada” (BROWDER e GODFREY, 2006) e “Urbanização Extensiva” (MONTE-MOR, 2014) e a “urbanodiversidade” (TRINDADE JR, 1988) que forjam a compreensão do urbano na Amazônia, sobretudo, a partir das problemáticas urbanas e de novos arranjos que aparecem similares e visíveis relacionadas ao bem-estar social, conflitos, ocupações irregulares, acesso às políticas públicas e o avanço do capital.

O crescimento do espaço urbano das cidades amazônicas tem sido inversamente desproporcional às condições de vida ofertadas aos seus habitantes e isso se deve muito a ausência de efetividade do Estado em relação ao bem-estar social da população, por outro lado, a questão fundiária e a concentração de pessoas de baixa renda incidirá em diversos problemas urbanos, dentre os quais a moradia. A combinação de antigos e novos núcleos urbanos criados na Amazônia, estão intimamente ligados a planos e estratégia de processos econômicos e políticos de grupos que se reproduzem no poder localmente.



RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

A Parintins das Ocupações Irregulares

Em Parintins, especificamente, as ocupações irregulares foram atenuadas pelos projetos e normas de decretos urbanísticos de sua fase inicial pelas gestões municipais, na qual remanejou um número considerável de famílias de baixa renda para as áreas periféricas da cidade, onde os terrenos e casas teriam que ficar afastado do centro. Esses terrenos, que mais tarde formariam a central da cidade (SOUZA, 2018), tornaram uma forma de moradia acessível à população de baixa renda. De acordo com Archanjo (2016), a ocupação de tais áreas em Parintins foi marcada pela presença do migrante nativo da região, habituado com palafitas e a vida da várzea. O interiorano da (várzea ou da terra firme) ao migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida, encontrou as áreas alagáveis das margens dos lagos, lagoa e do rio um lugar familiar no até então vivido no rural para construir seu novo lar.

A dinâmica de expansão da cidade modela o espaço intraurbano de Parintins que apresenta formas e usos da moradia desde as primeiras ocupações irregulares que iniciaram nos anos de 1940 até os dias atuais produzindo espaços homogêneos e heterogêneos que derivam deste processo de ocupação, loteamentos e conjuntos habitacionais, como mecanismo de acesso à terra urbana. Ou seja, um processo contínuo de transformação que avança o interior da Amazônia.

O movimento migratório que se sucedeu em Parintins promoveu um acelerado processo de crescimento experimentado nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, que culminou, dentre outros problemas ditos urbanos a falta de moradia para a maioria das famílias que migraram para a cidade. Como consequência desses problemas, a precarização da moradia, visto que as principais alternativas foram e continuam sendo as ocupações urbanas, conhecidas localmente como “invasão”. Arelado ao fato, do município não disponibilizar políticas públicas habitacionais que amenize esse problema (SOUZA, 2018). Os estudos já realizados, comprovam que o poder municipal não atendeu a demanda das famílias que necessitavam de moradia, a ação do poder local atrelou-se aos proprietários de terras, mostrando outra face desta situação caótica da gestão local para os problemas urbanos.

Luta que se materializa com intensidade na busca por moradia, a partir da década de 90 (século XX), período que ocorreu um processo de sucessivas ocupações de terras na área da antiga Fazenda Itaúna que formou, ao longo



destes anos, os quatro bairros mais populosos da cidade: Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e Bairro União. Esse processo foi acompanhado de um expressivo crescimento urbano ocasionado pelo êxodo rural de pessoas que saíam das comunidades rurais do município e de pequenas cidades desta região do Baixo Amazonas. A luta por moradia na cidade de Parintins vem ocorrendo ao longo de muitos anos e passando por diversos contextos políticos, gerando mudanças de estratégias e perspectivas dos movimentos sociais, que conseguiram em determinados momentos, estabelecer diálogos com os sucessivos governos e instituições como a Igreja Católica, MEDEIROS; BARBOSA, P. 01, 2021.

A reorganização espacial da cidade tem sido formada na “ordem e desordem” apontada por Bartoli e Barbosa (2012), pelos sujeitos que detêm a posse da terra, acarretando a pressão dos grupos sociais excluídos pelas ocupações comumente realizadas em áreas inadequadas e em ambientes frágeis, como as espacialidades que margeiam os cursos d’água da cidade e em áreas particulares. Segundo Souza, Barbosa e Andrade (2013), essas áreas são as que mais atraem a população de baixa renda para ocupar de forma irregular esses espaços, sem planejamento e infraestrutura adequada decorrente do acesso desigual à terra urbana.

Os recursos e ganhos não são suficientemente satisfatórios para garantir o sustento e a renda desta população e a permanência nesses locais torna-se obrigatório. No entanto, o processo de ocupações urbanas em Parintins representa as alternativas necessárias aos novos habitantes da cidade, pois, costumeiramente, os aterros, o desmatamento das margens dos lagos para construção de moradias dentre outras construções têm provocado o assoreamento dos cursos d’água, alterando o fluxo constante das inundações que aconteceu em enchentes anteriores e a mais recente em 2021.

Bartoli (2021) contribui nesta discussão ao pontuar que, nessas áreas, a água urbano-ribeirinha antes tinha função social e de harmonização da paisagem amazônica, e passam a ser um “ecossistema de urubus” que se multiplica pelo lixo ou água “poluída” em locais de acúmulo de resíduos sólidos e de despejo de esgoto que a urbe propicia. O avanço da cidade informal como causa e, também, consequência é a ausência de políticas de governos para esses espaços urbanos amazônicos “mas o processo não se esgota aí, é preciso ir além e considerar outras dimensões” (OLIVEIRA, p. 3, 2002). O processo de produção do espaço e a transformação das cidades evidência a relação do homem com a natureza no espaço amazônico.



De acordo com Trindade Jr (2010b), tais espaços onde a floresta foi predominante, agora virou parte das cidades que nasceram e cresceram à beira das estradas, motivadas por transformações das relações e formas de apropriação do território e da vida que foram sendo instaladas a partir dos grandes objetos e de sua dinâmica ligada à mineração, desmatamento, pecuária e a soja. Por outro lado, no espaço urbano das águas, as cidades à beira rio impulsionaram pela dinamicidade e conexões globais-locais, dos quais fomentaram ações e projetos de sustentabilidade e da biotecnologia na articulação de interesses e conhecimentos mundiais e menos às vivências e aos saberes locais, confirmando a re-des-organizações das paisagens e do desenho das desigualdades socioespaciais locais (OLIVEIRA, 2006).

Para Oliveira (2006, p. 28) se criaram muitos “espaços artificiais, desprovidos de memória que desprezam a história e a cultura específicas, levando à construção de objetos iguais, independentemente dos lugares onde estão localizados”. Em consonância, Trindade Jr (2010a, 2013) argumenta que esses processos surgem, quando criam as “cidades na floresta”, enquanto espacialidades que possui fraca articulação interna e forte articulação externas. Essas lógicas exógenas concebem o espaço da floresta somente “[...] como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.)” (TRINDADE JR, 2010a, p. 118). Do outro lado, a floresta, a população e seus valores culturais e sociais são negados e convertidos a preceitos da vida urbana ditas “modernas”.

No contexto amazônico de múltiplas dimensões, as cidades se expressam com certas singularidades que caracterizam cada lugar, sem perder de vista os processos desiguais que avançam nos espaços construídos. Para Trindade Jr (2010b, 2013, 2015a) a Amazônia urbana tornou-se um espaço constituído por uma “urbanodiversidade”, que expressa um conjunto de processos históricos, especificidades e pluralidades culturais e ambientais entre as etnias indígenas e das populações na/da floresta - ribeirinhos, caboclos, indígenas, citadinos e migrantes de outras regiões do país (TRINDADE JR, 2013, 2015a). A dimensão da urbanodiversidade, se guia na relação entre duas esferas trabalhadas por Milton Santos: a tecnosfera urbana e a psicofera urbana, interpretadas como forma e conteúdo, simultaneamente (Santos, 1988, 1993), assim como psicofera da floresta interpretada por Trindade Jr.

A compreensão de Santos (1988, 1993, 1994), sobre a “tecnosfera urbana” indicaria a materialidade dos grandes objetos técnicos introduzidos na região, (Projetos



Desenvolvimentistas, rede de informações entre outros), dos quais se conectam e se relacionam com outros objetos. Com isso, a tecnosfera urbana seria a base e, ao mesmo tempo, a materialidade da psicofera urbana, sendo esta entendida como um conjunto de valores, de comportamentos, de relações de origem urbana que conferem sentido às formas-conteúdos espaciais: a racionalidade urbana (SANTOS, 1988).

Por outro lado, as especificidades que formam a urbanodiversidade das cidades amazônicas da e na floresta² (TRINDADE JR, 2013) criadas às margens dos rios ou das estradas no advento dos projetos desenvolvimentistas, compreende que elas e as suas paisagens atuais são “[...] o resultado das determinações das políticas do Estado, das relações sociais de produção e, mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas” (OLIVEIRA, 2006, p. 28). Sem esgotar a discussão das transformações que ocorreram e continuam ocorrendo nas cidades da e na floresta, procura-se defender aqui a coexistência, além da tecnosfera urbana e da psicofera urbana (TRINDADE JR, 2010a), um processo desigual e combinado endógeno que esfacela a dimensão do vivido das cidades, ou seja, aqui entendido como um conjunto de relações multiescalares que emergem das, formas, processos, conflitos e usos ligados à produção da cidade, a partir do morar na cidade. Por tanto, “a produção do espaço urbano na Amazônia se dá a partir de um processo conflituoso, onde as novas relações destroem e reconstróem as antigas relações, pois o novo não exclui o velho” (OLIVEIRA, 2002, p. 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e as observações de campo possibilitaram entender, seguindo autores citados no transcurso do trabalho, que há necessidade de novo enfoque teórico para se estudar a moradia e a habitação, a qual não pode ser reduzida apenas a abordagens sobre

¹ “Inspirados na discussão de Milton Santos fez para o Brasil ao distinguir “cidades do campo” das “cidades no campo”. [...] As “cidades da floresta” eram, até a década de 1960, as mais comuns na região. Suas características de pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram forte relação com os seus respectivos entornos e com as localidades próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). Ainda que muitas cidades venham perdendo essas características, consideradas rurais, elas não desapareceram efetivamente, e ainda são marcas fortes de algumas sub-regiões da Amazônia. As “cidades na floresta”, por outro lado, são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.)” (Trindade Júnior, 2010a: 117-118).



o consumo, o déficit, a carência, a má qualidade, a tipologia, as formas de ocupação do domicílio, do espaço, a política habitacional criada pelo Estado e, tampouco, aos processos que se articulam nesta produção. É preciso, como também apontam autores arrolados, direcionar-se ao enfoque da produção da habitação como mercadoria e, como tal, sujeita às contradições da produção e da apropriação da moradia.

Por outro lado, é importante destacar a contribuição dos vários estudos sobre a situação habitacional, especialmente na área de Geografia, porque possibilitam comparar e cotejar semelhanças e diferenças existentes na produção da moradia no Brasil e nos problemas canalizados no rebatimento das políticas públicas habitacionais que se mostraram insuficientes para sanar a carência das camadas mais pobres da população. No caso específico, trata-se de um processo de segregação socioespacial dominante no processo de produção do espaço, assim como a despreocupação com a segurança jurídica, com a solidez na edificação e no acesso a serviços urbanos que são esquecidos ou deixados de lado para atender o interesse do capital imobiliário, numa clara ausência ou transferência de responsabilidade do Estado e dos empreendedores ao trabalhador para que resolva os problemas à medida que vão surgindo.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro, 2015. Disponível em: MANA 21(3): 483-498, 2015 – DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>

ARCHANJO, Paulo Cesar. **Convivência Contínua com Esgotos a Céu Aberto: Modos de subjetivação de habitantes de Parintins-amazonas**. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade) – Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.

BARBOSA, T. da R.; BARTOLI, E. Ordem na Desordem: o planejamento popular nas ocupações urbanas de Manaus. In: 9 **Seminário Internacional de Arquitetura e Urbanismo: BRICS e a habitação coletiva sustentável**. São Paulo, 2012.

BARTOLI, Estevan. A Cidade Arquipélago: Expansão e Morfologia Urbana de Parintins (AM). **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XXII – V. 2 - N. 46 - Agosto de 2020 - Salvador, BA – p. 347 – 397, 2020.**

BARTOLI, Estevan. Cheia e a pandemia: a água urbano–ribeirinha. 2021. Disponível em: <https://www.amazonamazonia.com.br/2021/05/24/cheia-e-a-pandemia-a-agua-urbano-ribeirinha/>

BARTOLI, Estevan. **Entre o urbano e o ribeirinho: territorialidades navegantes e sistemas territoriais em Parintins (AM)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

BARTOLI, Estevan. Espaço Periurbano de Parintins: Expansão urbana e loteamentos recentes. **XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana – UERJ**. Rio de Janeiro, 2013.



BARTOLI, Estevan. **O retorno ao território a partir da cidade**: sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM). (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista – UNESP) Campus Presidente Prudente, 2017.

BARTOLI, Estevan. Reflexões metodológicas sobre estudo de morfologia urbana: o caso de Parintins. In: **EGUEAM** – Encontro de geografia urbana da Amazônia. CD room – 2012.

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **A Urbe Amazônica**: a Floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

_____. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília, Editora da UNB, 1990.

BITTENCOURT, Antonio. C. R. **Memória do Município de Parintins** - estudos históricos sobre a origem e desenvolvimento moral e material. Livraria Palah Roval, Manáos, 1924.

_____. **As origens de Parintins**. Manaus: Editado pelo governo do estado do Amazonas, Palácio Rio Negro, 1967.

BROWDER J.O. GODFREY, B.J. **Cidades na Floresta**. Manaus: EDUA, 2006.

CARLOS, A. F. Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. Alessandri. **A cidade**. São Paulo. 9. ed: Contexto, 2011.

_____. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

_____. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. En línea. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (69). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>. Acesso 23 mar 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Site oficial*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Site oficial*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso: 10 nov. 2020.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.



LEFEBVRE, Henry. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEO-USP - Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 24, 109-123, 2008. http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp24/Artigo_Sandra.pdf

MARQUES, Rildo Oliveira. **Erosão nas Margens do Rio Amazonas: o Fenômeno das Terras Caídas e as Implicações para a Cidade de Parintins-Am**. Dissertação de (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

MEDEIROS, M. X; BARBOSA, T. da R. **Gênero, Trabalho e direito à cidade em Parintins/AM (1990-2020)**, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628552378_ARQUIVO_530a893fd229989dd176e5358fa54085.pdf

NASCIMENTO, Dilson Gomes. **Entre a terra e a água: modo de vida camponês no médio rio Amazonas, Parintins-AM**. 2016 187 f.: il. color; 31 cm. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5354/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Dilson%20G.%20Nascimento.pdf>

OLIVEIRA, José A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 27-29, 2006.

_____. **Cidades na selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.

_____. **Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas/ EDUA, 2003.

_____. **Monumentos, Política e Espaço**. GeoCrítica/Scripta Nova, Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales, Vol. IX, nº 183, 2005.

_____. **Urbanização da Amazônia: novas e velhas formas de exclusão**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/552.pdf>

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **As origens de Parintins**. Manaus- Amazonas, 1967.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTOS, Milton, 1926-2001. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos - tradução Mymã T. Reso Viana**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.



- _____. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo, [s. v.], n. 25, 1988, p. 58-62, 1988.
- _____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. Urbanismo na periferia do mundo globalizado metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.
- SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A.; MORAES, A. O.; SANTANA, P. V. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas, Brasil, 2016. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP** <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, v. 9, n. 1, p. 09-35, jan./jun. 2016.
- SOUZA, C. G.; BARBOSA, T. R.; ANDRADE, F. A. V. Habitação, condições de moradia e modos de morar em áreas inundáveis na cidade de Parintins-AM-Brasil, 2013. Disponível em: **Contribuciones a las Ciencias Sociales**. - Grupo Eumed.net (Universidad de Málaga), ISSN 1988-5245. - 2013, 2013-08.
- SOUZA, Crizan Graça de. **Produção da moradia social na cidade de Parintins-Am: da COHAB-AM ao Minha Casa Minha Vida – 1969 a 2017**. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.
- TRINDADE JR, Saint-Clair C. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 12, n. 21, p. 305-334, 2015.
- _____, Saint-Clair C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 51, p. 113-150, 2010b.
- _____. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, v. 321, p. 1-22, 2013.
- _____. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, p. 49-77, 2010a.
- _____. Dimensões da tragédia urbana, 2002. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-1-2/reportagens/cidades/cid18.htm>
- _____. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

XIV ENANPEGE
ESPACIO DIGITAL

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.